

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET

Gisele Amanda Maia Pereira Beltrami De Macedo¹

Guilherme Tomizawa – Orientador

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a responsabilidade civil de cada provedor de serviço de Internet. Tendo como foco, identificar quais os casos em que o provedor de internet será responsabilizado objetivamente ou subjetivamente, diferenciando os casos de dano por seus próprios atos e danos por atos ilícitos cometidos por terceiros. Analisa-se a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil para cada provedor, enquadrando-os quando possível nas relações de consumo. Enfrentando o entendimento dos casos emblemáticos decididos pelo judiciário, identificando quais casos de responsabilidade civil dos provedores de serviço de internet se fundamentam as decisões. Finalmente, analisar o projeto de lei 2.126/2011, marco inicial da Internet e o que muda nos casos de responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet.

Palavras-chave:

Internet; Provedores de internet; Responsabilidade civil; Responsabilidade civil dos provedores de internet.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the civil liability of each Internet service provider. The focus is to identify in which cases/circumstances the Internet provider will be made responsible either objectively or subjectively, differentiating damages caused by their own faults or illicit acts performed by outsourced parties. It evaluates the applicability of the Consumer Rights and Civil Law Defense Code for each given provider, framing them, whenever possible, in the consumerism relations. Decisions will be taken by facing the understanding of such emblematic cases judged by the judiciary, head and plotting which civil liabilities' case belongs to the internet service providers. At last, to comment the Law Project 2.126/2011, Internet services *kick off start date*, and whatever changes in the civil liabilities for the Internet Services Providers.

Keywords:

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à OPET – Organização Paranaense de Ensino Técnico, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito

Internet; Internet providers; Liability; Liability of internet service providers.

1 INTRODUÇÃO

Como a Internet foi à invenção que gerou a maior evolução de todos os tempos e as relações jurídicas foram aumentando através dela, começou a haver conflitos, e, junto com eles a necessidade de regulamenta-los. Com a tentativa de coibir as práticas delituosas e abusivas, o Poder Judiciário tenta identificar os responsáveis, a fim de, uma reparação aos danos causados, no entanto, ainda hoje não temos uma legislação a qual aborde necessariamente a responsabilidade dos provedores de internet, por isso busca-se amparo em outras legislações.

Assim, para entender o que o judiciário vem aplicando nas decisões buscou-se o entendimento dos doutrinadores em matéria de internet, sendo que, muitos deles apenas falam de responsabilidade civil dos provedores de internet em apenas um pequeno capítulo já alguns como Marcel Leonardi lançou um livro só para tratar do assunto, o qual utilizei como marco teórico do meu estudo.

As pesquisas para a elaboração deste trabalho foram feitas de maneira bibliográfica, com doutrinas específicas de responsabilidade civil, internet e de responsabilidade civil na internet, assim como uma análise nas decisões que venham a ser admitidas no judiciário.

Partindo do ponto de que a legislação vigente utilizada é o Código Civil 2002 e o Código de Defesa do Consumidor, pois são legislações as quais vem suprindo a falta da legislação específica, usa-se portanto, o método indutivo para compreender qual o melhor modo para aplicação das normas nos casos concretos. Não é uma dedução de utilização das normas e sim aplicação das normas já vigentes, uma vez, não existir legislação específica aos provedores de serviço de internet.

Contudo, a problemática surge nesse ponto, onde a legislação ainda é omissa quando se refere à internet e especificamente aos provedores de serviço, sendo que a jurisprudência vem decidindo conforme as leis vigentes e o estudo feito pela doutrina. Por isso, a necessidade de diferenciar as relações jurídicas dos provedores em relação a seus usuários e analisar cada hipótese de responsabilidade, a fim de, definir um método de aplicação mais eficaz quanto à obrigação de reparar os danos.

Conforme alguns autores, no segundo capítulo, conceitua-se internet e dá uma pequena abordagem, porém suficiente sobre o histórico, desde o surgimento das primeiras máquinas até a descoberta da grande rede utilizada a princípio para questões de segurança do Es-

tado Americano.

Após, no capítulo três, conceitua-se cada tipo de provedor de serviço de internet, assim como o a responsabilidade civil, com os comentários dos doutrinadores que mais explicam sobre o assunto.

Conceituados, no capítulo quatro passa-se a fazer uma junção destes conceitos aplicando-os para os provedores de internet, utilizando sempre como base de estudo o doutrinador que mais explica sobre o assunto Marcel Leonardi.

Fazem-se pequenas análises de casos concretos para compreender como vem sendo aplicado a responsabilidade civil nos provedores de serviço de internet e qual a fundamentação do judiciário.

Por fim, traz-se a discussão do Projeto Lei 2.126/2011 no capítulo cinco, que ainda aguarda para ser aprovado, é considerado o Marco da Internet, tendo em vista, ser a única lei que aborda o tema em específico, prometendo uma grande revolução no mundo da internet.

Desta forma, com os avanços tecnológicos hoje a internet é de extrema importância a todos, pois interliga milhares de pessoas de todo o mundo, ultrapassando fronteiras e ilimitando as distância de lugar e tempo, conectando o mundo, e é por isso que se necessita de um aprimoramento da legislação aos problemas atuais, para resolver os novos modelos de conflitos da sociedade.

2 A INTERNET E CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

A internet é um marco inovador do século XX e XXI, pois trouxe facilidade e comodidade para a vida das pessoas. Tanto que, foi o ponto chave para a expansão da Globalização², fazendo com que o mundo se interligasse mais rapidamente, tanto as indústrias com suas exportações e importações, como os pequenos comércios, viram um meio rápido e eficiente para expandir os negócios.

O professor Guilherme Tomizawa³ comenta em sua obra a importância da internet

² Globalização, é um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial visíveis, é um processo de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, que tornou o mundo interligado. Disponível em <http://www.significados.com.br/globalizacao/>. Acessado em 14 maio 2013.

³ TOMIZAWA, Guilherme. **A invasão de privacidade através da internet: a dignidade humana como direito fundamental**. Curitiba: JM livraria Jurídica, 2008, p. 19.

para a globalização, “a internet representa, hoje, a mais pura expressão do fenômeno da globalização das relações econômicas e sociais (...).”

Alguns negócios se expandiram tanto, que hoje não é mais necessário se locomover até o país vizinho para uma negociação ou para representação da empresa, que antes era feita pessoalmente, pois podemos verificar a estrutura toda de uma empresa simplesmente pelo acesso ao site que ela possui. Também, estudantes tem a oportunidade de desfrutar com a comodidade de seus aposentos domiciliares, por escolas de ensino a distância, o que dá oportunidade aquelas pessoas que não podem se deslocar facilmente, como portadores de deficiência ou quem por algum outro motivo os impedem sair de casa.

O comércio também ganhou novas oportunidades de publicidade e vendas, onde um pequeno empresário consegue vender seu produto a pessoas que estão a quilômetros de distância, de modo eficiente.

Porém, junto com a expansão, começaram alguns problemas de pessoas mal intencionadas, que acabam por corromper o mercado e deixando-o por diversas vezes inseguros trazendo graves conseqüências jurídicas as quais estudaremos nesse trabalho. Mas para tanto, precisamos conhecer um pouco desse mundo da internet e o que nos envolve nessa grande descoberta.

Por isso, a internet hoje é uma rede essencial para o desenvolvimento de qualquer atividade, seja para a sua produção ou para divulgação.

2.1 História da Internet

Difícil parar e pensar como surgiu a internet? E como deu origem a essa grande rede que interliga hoje o mundo todo? Jamais iríamos pensar que tudo começou por uma necessidade de comunicação das forças armadas, por uma necessidade do Departamento de Defesa norte-americano.

Ou seja, o objetivo inicial da internet nunca foi o mercado comercial, e sim para fins de segurança. Porém, o comércio, tanto pessoal quanto corporativo, foi o que mais teve sucesso e garantiu uma expansão no mercado.

Tudo começou no século XVII, quando o francês chamado Blaise Pascal, fez sua brilhante invenção, a calculadora, que hoje ainda é muito utilizada. Como a máquina de

Pascal fazia apenas cálculos básicos como adição e subtração, Gottfried Wilhem von Leibniz, matemático alemão, resolveu inovar e aperfeiçoar a calculadora para que pudesse também multiplicar e dividir. Após diversas incrementações nessas máquinas é que surgiu o computador eletrônico criado pelas forças Militares em 1946.⁴

Só em 1969 que surgiu a internet, onde o departamento de defesa dos Estados Unidos a ARPANETN (Advance Reserarch Projects Agency), tinha por finalidade interconectar os computadores, para que tivessem acesso ao compartilhamento de hardware e software. Era uma rede de comando individual, onde caso uma deixasse de funcionar, outras continuariam se comunicando sem problemas na rede

As pequenas redes locais foram criadas para garantir a comunicação mesmo que uma delas deixasse de funcionar, como poderia acontecer no caso dos Estados Unidos tivessem um ataque nuclear russo, assim garantiriam a comunicação das redes coligadas⁵.

A partir da década de 70 começaram a surgir outras redes, dentre elas a NSFNET⁶, onde a internet teve a sua significativa expansão.

Backbone, foi o nome dado a espinha dorsal dessa linha de comunicação, onde todos os computadores e redes ligadas entre si e com a conectividade através de um protocolo TCP/IP, que significa Transmission Constrol Protocol/ Internet Protocol, e que é responsável pela ligação de outras redes.

Assim em 1989 nasceu a World Wide We (www) em Genebra, que é a rede de comunicação em massa, composta por diversas redes interligadas e que juntas não necessitam mais conhecer os inúmeros protocolos (TCP/IP) de acesso para a navegação, e, é formada por hipertextos, por isso que facilita a navegação.

No mesmo ano, a internet chegou ao Brasil, por iniciativa acadêmica. Por consequência foi criada a Rede Nacional de Pesquisa pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, para que pudesse disponibilizar o serviço de acesso à internet, e interligar os Estados com linhas de comunicação que juntas compõe o backbone, ou seja uma espinha dorsal que interliga todas as redes.

⁴ CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus Aspectos processuais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p.55.

⁵ PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade Civil**. 2ª edição. São Paulo: Atlas. 2003, p 25.

⁶ NSFNET- National Science Foundation Network, programa de financiamento da internet.

No entanto, só em 1995 o Ministério das Comunicações e da Tecnologia criou o Comitê Gestor da Internet (CG)⁷, que regulamente toda a internet. Junto, foi aprovada a Norma 04/1995⁸, que conceituou internet como sendo “nome genérico que designa o conjunto de redes, os meios de transmissão e comutação, roteadores, equipamentos e protocolos necessários à comunicação entre computadores, bem como o ‘software’ e os dados contidos nos computadores”.

Alguns doutrinadores fazem seus próprios conceitos, mas não fogem da linha de conceito dada pela Norma. Assim, pode-se ver no conceito de Carla Rodrigues Araújo de Castro⁹ conceitua internet como sendo:

(...) uma grande rede de comunicação mundial, onde estão interligados milhões de computadores, sejam eles universitários, militares, comerciais, científico ou pessoal, todos interconectados. É a rede de redes, que pode ser conectada por linha telefônica, satélite, ligações por microondas ou por fibra ótica.

A internet passou por diversas adaptações e aprimoramento, ao ponto que, hoje, todas as atividades são facilitadas por essa grande invenção, melhorando e agilizando a vida de todos, no entanto, trouxe conflitos sociais, dos quais agora devem ser disciplinados. Deste modo, faz-se necessário, conhecer alguns regramentos básicos do Código Civil dos quais possamos aplica-lo na Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet, é o que se passa a estudar.

3 OS PROVEDORES E A RESPONSABILIDADE CIVIL

Cada provedor é responsável por fornecer um determinado tipo de produto ou serviço a cada usuário, que poderá ser pessoa jurídica ou física. Assim, a cada tipo de dano causado aos usuários, se tem um ou mais responsáveis pelos danos causados a eles, sendo que, coube ao Código Civil de 2002 trazer a regulamentação deste dispositivo, sabendo que essa é uma antiga e ainda atual problemática jurídica na sociedade.

Com a expansão dos negócios jurídicos, tanto contratuais como extracontratuais, faz-se necessário uma adaptação jurídica mais aprofundada sobre a matéria de responsabilidade civil, uma vez que, a todo tempo novas relações jurídicas nascem e assim juntamente os problemas.

⁷ BRASIL. **Comitê Gestor da Internet**. Disponível em <http://www.cgi.br/>. Acessado em 10 de abril de 2013.

⁸ Norma 04/95, aprovada pela portaria 148/95 do Ministério de Estado das Comunicações.

⁹ CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus Aspectos processuais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p.61.

Para sanar esses problemas, o instituto da responsabilidade civil trouxe alguns meios de ressarcir e/ou indenizar a pessoa que teve seu bem lesado, porém, não há só uma finalidade de reparação do dano, mas também inibir a ocorrência de futuros danos.

É tamanha a importância, que ganhou volumes próprios de doutrinadores como Maria Helena Diniz, Silvio de Salvo Venosa, Silvio Rodrigues, entre outros. Mas, é tratada no Código Civil de 2002 apenas no Título IX e tem só 28 artigos que vão do artigo 927 a 954, o que significativamente seriam poucos artigos para contemplar um volume, o que explica a sua vasta importância.

O Código Civil não traz a responsabilidade civil dos provedores de internet, uma vez que, pois em 2002 a internet ainda estava em evolução, no entanto, trouxe problemas de danos desde o momento que entrou no mercado. Outrossim, sabe-se que toda relação jurídica que se inicia, tem como consequência uma prestação obrigacional, e caso cause danos, deve ser reparado.

Para falar em Responsabilidade dos Provedores, precisa-se analisar quem é o sujeito que cometeu o ato ilícito e que causou dano à outrem. Quando um terceiro causador do dano não puder ser localizado, se verifica quem são os provedores responsáveis ou se eles respondem solidariamente com os causadores diretos do dano. Passa-se a entender melhor o instituto da Responsabilidade Civil, para após analisar caso a caso dos provedores de internet e suas respectivas responsabilidades.

3.1 Conceito de provedores de serviços de internet

Sem os Provedores de Serviço de Internet, não tem como se falar em acesso a grande rede, sendo que, fazem a ponte entre consumidores e à rede virtual.

No entanto, para definir a responsabilidade dos provedores de internet, deve-se diferenciar cada serviço dos provedores. Para então, caracterizar quem realmente tem a responsabilidade pelo serviço oferecido.

Marcel Leonardi¹⁰ conceitua provedores de serviço de internet: “É uma pessoa natural ou jurídica que fornece serviços relacionados ao funcionamento da internet, ou por meio

¹⁰ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.25.

dela.”

Existem cinco espécies de provedores de serviço à internet, o provedor de *backbone*, provedor de acesso (*Internet Service Providers*), provedor de conteúdo ou de *informação* (*Content providers ou information Providers*), provedor de correio eletrônico e o provedor de hospedagem (*hosting service providers*).

Embora para fins acadêmicos utilizarem apenas o provedor de *backbone*, o provedor de acesso e o provedor de informação como menciona o guia de usuário internet/Brasil encontrado no site da “Rede Nacional de Pesquisa” RNP (www.rnp.br).

Cada um dos provedores é encarregado por uma determinada prestação de serviço, no entanto, alguns disponibilizam serviços cumulados, os quais não podem ser confundidos, que é o caso de alguns provedores de acesso, quando juntamente com o acesso disponibilizam o provedor de conteúdo.

Para poder diferenciar a responsabilidade de cada provedor passa-se a conceituá-los:

Provedor de *backbone* - sua tradução como já mencionado é “espinha dorsal”, funciona realmente como um centro onde sustenta todos os tráfegos que passam pela internet.

No Brasil, a empresa que funciona como *backbone* é a Embratel, que é responsável por interligar todas as redes do país as outras redes mundiais.

Segundo a Rede Nacional de Pesquisa¹¹, em seu guia do usuário internet/Brasil:

O provedor *backbone* opera, pois, no atacado de conectividade, vendendo acesso a outras empresas que farão a (pré) venda de acesso para usuários finais ou simplesmente utilizarão a rede para fins institucionais internos.

Provedor de acesso à internet – é conectado ao *backbone* sendo apenas um retransmissor do acesso à internet e é quem disponibiliza as informações no seu próprio espaço ou em de terceiro. Muitas vezes é quem cuida dos e-mails e acaba acumulando o serviço de provedor de acesso com o de provedor de conteúdo, pois além do acesso ele edita e publica informações na internet, onde é o caso da IG, BOL, UOL, POP¹² entre outras.

Ricardo Alcântara Pereira¹³ refere-se diante do provedor de acesso como sendo:

¹¹ REDE NACIONAL DE PESQUISA **Guia do usuário Internet/Brasil**, versão 2.0, abril de 1996, documento n. RNP/RPU/0013D, p. 7/8. Disponível em http://www.rnp.br/_arquivo/documentos/rpu0013d.pdf . Acessado em 23 de abril de 2013.

¹² IG, BOL, UOL, POP, são os principais provedores de internet no Brasil de acesso gratuito.

O provedor de acesso é uma espécie de ponte para a internet, é um computador provendo a conexão entre duas redes, dois sistemas de Informática. O internauta, utilizando-se de um modem, conectado à linha telefônica e de um programa cliente (*browser*), disca do seu computador para o provedor, que possui a linha dedicada à internet, transformando, assim, o computador do usuário num nó da rede.

Mas, cabe aqui destacar também o conceito que a Rede Nacional de Pesquisa¹⁴ deu ao provedor de acesso:

Aquele que se conecta a um provedor de *backbone* através de uma linha de boa qualidade e revende conectividade na sua área de atuação a outros provedores (usualmente menores), instituições e especialmente a usuários individuais, através de linhas dedicadas ou mesmo através de linhas telefônicas discadas.

Provedor de conteúdo ou de informação – são os responsáveis em deixar as informações nos sites. Como o próprio nome já faz menção, ele quem se responsabiliza pelo conteúdo deixado na página de internet. É onde serão divulgadas todas as informações e todas as pessoas do mundo terão acesso.

Os conteúdos disponibilizados podem ser classificados, sendo que, quando for o próprio provedor que coloca, onde chamados de controle diretos ou próprios, ou, quando os donos dos sites quem os controlam, chamando de controle de terceiro ou indiretos.¹⁵

Essa análise é de extrema importância na hora de imputar a responsabilidade dos provedores, para poder identificar quem serão realmente sujeitos de uma ação que possa vir em caso de ilegalidade.

Provedor de correio eletrônico - é dependente de uma pré-existência de acesso à internet, funciona como um serviço acessório e quase todos os provedores de acesso fornecem o correio eletrônico como acessório. No entanto podem ser vendidos separadamente, normalmente com contratos onerosos e de adesão, mas mesmo nos casos de serem fornecida gratuitamente a empresa que disponibiliza o provedor de correio eletrônico continua fornecendo serviço ao usuário destinatário final e assim estarão submetidos às regras do Código de Defesa

¹³ PEREIRA, Ricardo Alcântara. **Ligeiras Considerações sobre a Responsabilidade Civil na Internet**. In BLUM, Renato M. S. Opice (coord.), *Direito Eletrônico – A Internet e os Tribunais*, 1ª ed., São Paulo, Edipro, 2001, p. 386.

¹⁴ REDE NACIONAL DE PESQUISA **Guia do usuário Internet/Brasil**, versão 2.0, abril de 1996, documento n. RNP/RPU/0013D, p. 7/8. Disponível em http://www.rnp.br/_arquivo/documentos/rpu0013d.pdf. Acessado em 23 de abril de 2013.

¹⁵ RAMOS, José Sergio. Monografia. **Responsabilidade Civil dos provedores de internet**. **Universidade do Vale de Itajaí**. Itajaí, 2009.

do Consumidor.¹⁶

Provedor de hospedagem – tem como função hospedar página ou sites, os quais receberam visitas dos usuários, é chamado também de hospedeiro, uma vez que não mexe no conteúdo da informação dos sites, apenas hospeda como se locasse a página ou o site através da internet.

À partir desses conceitos pode-se começar a falar em Responsabilidade Civil, uma vez que, a internet não pertence a um país ou a uma pessoa, e sim, são diversas organizações que a controlam. Assim, conseguiremos identificar, quem é o provedor que prestou o serviço o qual causou danos a alguma pessoa física ou jurídica.

3.2 A Responsabilidade Civil

3.2.1 Histórico da Responsabilidade Civil

Nas civilizações antigas, as pessoas que causassem dano à outra, eram vingados por uma coletividade, que se reunia contra o causador do dano, com a finalidade dele sofrer consequência pelo fato.

Com o passar do tempo houve alguma mudança no modo de agir da civilização, passando a ter caráter individual a vingança, onde não era mais uma coletividade que vingaria e sim a própria pessoa que sofreu o dano. É a época em que os homens faziam justiça com as próprias mãos, onde se falou na Lei do Talião, que denomina uma forma de reparação do dano, e a retribuição do mal pelo mal, “olho por olho, dente por dente”¹⁷.

Era uma atitude para coibir abusos como Maria Helena Diniz¹⁸ comenta: “O poder público intervinha apenas para declarar quando e como a vítima poderia ter o direito de retaliação, produzindo na pessoa do lesante o dano idêntico a que experimentou”.

Só com a *Lex Aquilia* que houve um grande marco na responsabilidade civil. Nela

¹⁶ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p. 25.

¹⁷ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil. Responsabilidade Civil**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.19.

¹⁸ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 22ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008, p 11.

estavam estabelecidas as bases da responsabilidade extracontratual, passando de um “mal pelo mal” para uma forma pecuniária do causador do dano pagar pelo prejuízo, podendo ser chamada também de responsabilidade *aquiliana*. Assim, Maria Helena Diniz¹⁹ salienta: “A *Lex Aquilia de damno* estabeleceu as base da responsabilidade extracontratual, criando uma forma pecuniária de indenização do prejuízo, com base no estabelecimento de seu valor”

Ou seja, antes ao invés de sanar o dano, causava-se duplo dano. A vítima o qual já teria sido lesionada e a do causador que seria punido, sendo que, essa punição não era uma forma de restituição ao dano causado e sim como forma de pena, pois era vingada com o mesmo dano que causou.

Após um tempo, com a lei *Lex Aquilia*, o estado passou a intervir nos conflitos de forma a fixar os valores das indenizações e a vítima passou a ser obrigada a aceitar a indenização em troca da sua vingança.²⁰

A Teoria da Responsabilidade Civil (*lois civiles*) é o responsável pelo Princípio geral da Responsabilidade Civil, sendo que o autor da obra foi o jurista francês Domant, nessa época a responsabilidade civil já era distinguida da Responsabilidade Penal. Nessa evolução, também houve a caracterização da responsabilidade não só da culpa, a responsabilidade subjetiva, mas da responsabilidade sem culpa ou de risco, responsabilidade objetiva.

3.2.2 Definição de Responsabilidade Civil

O termo “responsabilidade” vem do latim *spondeo*, estabelecendo uma obrigação a quem respondia por ela, significando responder a alguma coisa. No entanto, é utilizado em diversas situações, em sentido amplo, como o sujeito com o dever de assumir as consequências de um evento ou de uma ação. Por outro lado, no sentido de capacidade, o que não será objeto de estudo, pois só nos interessa aqui a responsabilidade por ato ou fato punível ou moralmente reprovável os quais violam o Código Civil.²¹

Nesse sentido, Rui Stoco comenta: “A responsabilidade é, portanto, resultado da

¹⁹ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 22ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008, p 11.

²⁰ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 22 ed. rev. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008, p 11.

²¹ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil. Responsabilidade Civil**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 12.

ação pela qual o homem expressa o seu comportamento, em face desse dever ou obrigação”.²²

A Responsabilidade Civil se inicia com uma obrigação originária não cumprida. Essa obrigação originária não cumprida vira uma obrigação de indenizar, tal indenização deverá ocorrer de modo que a vítima do dano deve tornar a situação em que estaria sem a ocorrência do dano.²³

Sendo assim, Maria Helena Diniz²⁴ conceitua Responsabilidade Civil:

A Responsabilidade Civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal.

Outro conceito o qual pode-se citar é o de Savatier, citado na obra de Silvio Rodrigues: “É a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam”.²⁵

Nesse campo, deve-se observar a conduta do agente, referidos atos ou fatos lícitos ou ilícitos, os quais a sociedade reprova moralmente, e para isso o artigo 186 do Código Civil²⁶ conceitua ato ilícito: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Rui Stoco²⁷ comenta que “só a violação do direito já caracteriza o ato ilícito, independentemente de ter ocorrido o dano. Ou seja, o ato ilícito é aquele praticado com infração de um dever legal ou contratual”.

No entanto, comenta que o dano é indispensável e essencial para responsabilização do agente, seja a obrigação originada de ato ilícito, ou seja, de inadimplemento contratual,

²² STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p 119.

²³ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9ª ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2010, p.5.

²⁴ DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade Civil**. 22 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008, p 35.

²⁵ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. v.4. Responsabilidade Civil. 20ª ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 6. apud Cf, Rene Savatier. *Traite de La responsabilité civile*, Paris,1939, v.I, n.1.

²⁶ BRASIL. lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan 2002.

²⁷ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p 124.

mesmo se tratando de responsabilidade subjetiva ou objetiva.²⁸

O ato ilícito é retomado no artigo 927 do Código Civil²⁹, que fala da obrigação de indenizar, no Título IX da Responsabilidade Civil, ele mesmo nos remete ou ao artigo 186 e 187 que conceitua ato ilícito, vejamos: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

3.2.3 Espécies da Responsabilidade Civil

Para entender melhor o instituto da Responsabilidade civil, os autores a dividiram em espécies, podendo ser quanto à natureza jurídica: Responsabilidade Civil contratual ou extracontratual e quanto a culpa poderá ser: Responsabilidade Civil subjetiva e objetiva.

A Responsabilidade Civil contratual ou também chamada de ilícito contratual rege-se pela Teoria Geral dos Contratos e é a responsabilidade que advém da inexecução de um contrato firmado, onde todas as partes tornam-se responsáveis pela obrigação contratual. Portanto, em casos de não cumprimento da obrigação, o culpado pelo dano terá a responsabilidade civil a qual foi estipulada nas cláusulas do contrato, quando já previa indenização em casos de inexecução da obrigação.

Já a Responsabilidade Civil extracontratual ou também chamada *Aquiliana*, é aquela em que o dever jurídico não foi estipulado em nenhum contrato, mas tem como fonte os deveres jurídicos que nascem com a lei e com todo ordenamento jurídico.

Essas duas espécies dão ensejo a uma reparação de dano, no entanto, a responsabilidade extracontratual poderá ser subjetiva ou objetiva.

A Responsabilidade Civil subjetiva é a regra geral estabelecida no já mencionado artigo 927 combinado com artigo 186 do Código civil, onde para a configuração da responsabilidade, o principal pressuposto a se provar é a dolo ou culpa do agente, mas devem vir seguidos da ação ou omissão, Dano ou prejuízo e Nexo de Causalidade.

A Responsabilidade Objetiva é baseada na Teoria do Risco, onde quem exerce o

²⁸ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p 129.

²⁹ BRASIL. lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan 2002.

ato, assume o risco da atividade. Assim, ocorrendo danos, não precisa provar a culpa do causador do dano para que ele tenha o dever de reparar. Devendo assim apenas provar o dano e o nexo de causalidade

Desse modo, Nelson Nery Junior³⁰ comenta:

O sistema subsidiário do CC é o da responsabilidade civil objetiva (CC 927 par. ún.), que se funda na teoria do risco; para que haja o dever de indenizar é irrelevante a conduta (dolo ou culpa) do agente, pois, basta a existência: a) do dano; e b) do nexo de causalidade do dano.

Sendo assim, não importa o tamanho do dano e nem a conduta do agente, que ela ainda assim responderá pelos danos causados a outrem.

3.2.4 Pressupostos da Responsabilidade Civil

A ação ou omissão é uma conduta voluntária, a qual há uma violação da norma jurídica e que resulta em uma lesão a bem jurídico protegido. No entanto, ela não se confunde com a vontade do resultado, ou seja, o causador do dano pode ter a ação ou omissão, mas não ter vontade do resultado. Independente dessa vontade de resultado, a Responsabilidade Civil do causador do dano existe, a fim de, reparar e voltar ao estado a que se encontrou o bem jurídico antes do dano.³¹

A ação é uma conduta voluntária exteriorizada, consiste em um movimento corpóreo comissivo, um comportamento positivo.³²

Já a omissão é uma abstração, surge da omissão de uma conduta em que a norma jurídica teria determinado que praticasse o ato exigido. Tinha o dever jurídico de agir e mesmo assim não o fez.

O dano ou prejuízo é um pressuposto indispensável e, não a divergência entre os doutrinadores de que não há Responsabilidade Civil sem dano. Mas o dano que falamos, não

³⁰ NERY, Nelson Junior. **Código Civil Comentado**. 6ª ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 733.

³¹ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 131.

³² CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9ª ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2010, p. 24.

seria só o dano exteriorizado com uma conduta (ação ou omissão), mas poderão ser danos causados a valores de ordem interna, os direitos de personalidade. Também, é aqui que se estuda a teoria da “perda de uma chance” como gênero de indenização juntamente com os lucros cessantes e os danos emergentes, pois todos buscam a reparação do dano ou do prejuízo com a indenização.

Autores como Silvio de Salvo Venosa³³ fala em dano ou interesse: “Em concepção mais moderna, pode-se entender que a expressão dano injusto traduz a mesma noção de lesão a um interesse (...)”.

Maria Helena Diniz³⁴ salienta que: “não pode haver Responsabilidade Civil sem a existência de um dano a um bem jurídico, sendo imprescindível a prova real e concreta dessa lesão”.

Rui Stoco³⁵ completa o conceito:

O dano é, pois, elemento essencial e indispensável à responsabilidade do agente, seja essa obrigação originada de ato lícito, nas hipóteses expressamente previstas; de ato ilícito, ou de inadimplemento contratual, independentemente, ainda, de se tratar de responsabilidade objetiva ou subjetiva.

Com esses conceitos podemos concluir que o dano se faz necessário para todas as espécies de responsabilidade, a contratual ou extracontratual (*aquiliana*), objetiva ou subjetiva e direta ou indireta.

Outro pressuposto indispensável em qualquer espécie da Responsabilidade Civil é o nexo de causalidade. Na Responsabilidade Civil objetiva, dispensamos a culpa, mas nunca o nexo causal.

O nexo causal é uma relação derivada das leis naturais como alguns autores expõem, é por meio dessa relação de causalidade que podemos identificar quem foi o causador do dano e o que une a conduta do agente ao resultado danoso.

Para Sergio Cavalieri Filho nexo causal é:

O conceito de nexo causal não é exclusivamente jurídico; decorre primeiramente das leis naturais. É o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado. A relação causal estabelece o vínculo entre determinado comportamento e um evento, permitindo concluir, com base nas leis naturais, se a ação ou omissão do

³³ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil. Responsabilidade Civil**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 28.

³⁴ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: Responsabilidade Civil**. 22 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008, p 60.

³⁵ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 129.

agente foi ou não a causa do dano; determina se o resultado surge como consequência natural da voluntária conduta do agente. Algo assim como: se chover fica molhado.³⁶

O juiz ao analisar casos de responsabilidade civil, deverá eliminar todos os fatos irrelevantes para a efetivação do dano e demonstrar o fato ocorrido, o qual sem ele o resultado do dano jamais teria ocorrido.

Para ajudar na análise do caso concreto, existem teorias as quais buscam uma melhor solução para cada caso.

Ainda Sergio Cavalieri Filho³⁷ comenta em especial duas teorias, a Teoria da equivalência dos antecedentes e a Teoria da causalidade adequada. Sendo que, a Teoria da causalidade adequada é mais utilizada na esfera civil. Existem outras teorias que auxiliam no nexo de causalidade, mas essas duas são as mais utilizadas.

As excludentes de responsabilidade que impedem que o nexo causal se concretize são a culpa exclusiva da vítima, culpa concorrente, culpa comum, culpa de terceiro, por força maior ou caso fortuito e a clausula de não indenizar na esfera contratual. Essa seleção de excludente de responsabilidade pelo nexo causal é dada por Maria Helena Diniz.

A culpa diferente dos outros pressupostos é dispensável na Responsabilidade Civil objetiva também chamada responsabilidade de risco ou responsabilidade sem culpa.

Mas na responsabilidade subjetiva a culpa tem que ser provada ou presumida.

Para compreendermos quando a culpa deve ser provada ou presumida, precisamos compreender seu conceito analisando a interpretação dos doutrinadores, já que a legislação não definiu nem conceituou o que seria culpa.

O dolo e a culpa vêm comentados no artigo 186 do Código Civil³⁸, quando dispõe que “ato ilícito é quando alguém por ação ou omissão voluntária, que seria o dolo, negligência ou imprudência, falando da culpa, viola direito ou causa dano a outrem, mesmo que moral”.

Então a culpa também é uma ação ou omissão, mas se revela através da imprudência, negligência ou da imperícia. Ou seja, a culpa é “uma conduta voluntária contrária ao dever de cuidado imposto pelo Direito, com a produção de um evento danoso involuntário, po-

³⁶ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010, p. 47.

³⁷ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010, p. 47

³⁸ BRASIL. lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan 2002.

rém previsto ou previsível” “são elementos da culpa: uma conduta voluntária com resultado involuntário; previsão ou previsibilidade; e falta de cuidado, cautela, diligência ou atenção”.³⁹ Podemos dizer que ao contrário do dolo a culpa não tem a intenção final de dano, sendo que o resultado era involuntário, mais por falta de um dever de cuidado acabou ocorrendo.

No estudo da culpa os doutrinadores a classificam em duas espécies, a culpa em sentido amplo e a sentido estrito. Em sentido amplo é o dever jurídico violado, mas não só aquela conduta intencional, o dolo, mas também aquela conduta violada por imprudência, negligência ou imperícia. Ou seja, podemos dizer que a culpa em sentido amplo abrange o dolo e a culpa em sentido estrito. Rui Stoco⁴⁰ conceitua culpa em sentido estrito como sendo:

A culpa em sentido estrito traduz o comportamento equivocado da pessoa, despida da intenção de lesar ou violar direito, mas da qual se poderia exigir comportamento diverso, posto de erro inescusável ou sem justificativa plausível e evitável para o *homo médiuns*.

Sendo assim, nas condutas inevitáveis, o qual seu resultado seria imprevisível ou imprevisível, não podemos configurar a culpa.

A reparação do dano causado pela culpa do agente pode ser medida, para que a indenização seja equivalente ao dano sofrido. Dessa maneira, o artigo 944 do CC⁴¹ dispõe que “a indenização mede-se pela extensão do Dano” e 945 também do CC fala na culpa concorrente. Ambos os artigos impedem o enriquecimento ilícito, uma vez que a indenização deve ser proporcional ao dano ocorrido. No entanto, a culpa grave, leve ou levíssima é igualmente passível de indenização, o que irá definir o valor estipulado pelo juiz, será a gravidade do dano juntamente com a gravidade da culpa do agente.

O parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, que trata da Responsabilidade Civil, traz a culpa e com ela vêm diversos questionamentos. A culpa é elemento integrante do ato ilícito, então onde não houver culpa não haverá ato ilícito. Só que o parágrafo único fala da exceção da responsabilidade sem culpa, pois a regra sempre será a responsabilidade com culpa, a responsabilidade subjetiva. Ou seja, só serão responsabilizados sem culpa os casos em que a lei já prevê.

Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a

³⁹ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9ª ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2010, p. 35.

⁴⁰ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p.132.

⁴¹ BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan 2002.

repará-lo.

Parágrafo único – Haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos casos específicos em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem.⁴²

Complementando Rui Stoco⁴³ salienta:

Note-se que o referido preceito excepcionado é expresso e não deixa margem a dúvida, pois só estabelece a obrigação de reparar o dano “independente de culpa” nos casos expressos em lei, ou quando a atividade desenvolvida pelo autor implique em risco para terceiros. Evidente que se a atividade desenvolvida for normal, sem risco inerente, volta-se à regra da responsabilização mediante culpa, por força da regra geral do artigo 186.

No entanto, para Pablo Stolze citado na obra de Rui Stoco⁴⁴, tem a visão da culpa como sendo um elemento meramente acidental da Responsabilidade Civil, e não é um elemento essencial como muitos doutrinadores já colocavam.

Esses casos de responsabilidade sem culpa, é características dos provedores de internet quando danos causados por seus próprios atos e que passa-se a estudar adiante.

4 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE INTERNET

Enfim chega-se ao tema principal desde trabalho, em que se buscara uma análise da Responsabilidade Civil que cada provedor de internet irá ter por seus próprios atos ou por atos de seus usuários ou de terceiros.

Lembrando que, os provedores fazem parte de uma relação contratual, porém nem sempre será o Código de Defesa do Consumidor o qual irá amparar o consumidor de serviços dos provedores.

Nesse mundo da internet, nos deparamos com diversos abusos e violação de direitos, os quais podem atingir direitos personalíssimos e direitos materiais de usuários. Para garantir um ciberespaço mais seguro e livre de invasões, são impostas obrigações aos provedo-

⁴² BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan 2002.

⁴³ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p 133.

⁴⁴ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p 133.

res para que minimizem as suas responsabilidades em casos de ato ilícitos.

Além da responsabilidade civil material (pelo dano emergente e pelo lucro cessante), a vítima pode também sofrer um dano moral, tendo seu equilíbrio emocional e psicológico abalado pelo ato ilícito, de modo que uma indenização de cunho moral pode também ser exigida juntamente com a indenização material.⁴⁵

Todos os danos que ocorrem no ciberespaço devem ser atribuídos à responsabilidade a alguém, seja ao provedor, ou aos usuários; ao próprio cidadão que cometeu ato ilícito, ou aos três solidariamente.

Porém, para muitos casos são necessárias perícias técnica afim de averiguar o verdadeiro causador do dano e poder a ele imputar a responsabilidade pelo ato ilícito.

Os provedores quando gerar danos a seus usuários pela má prestação do serviço terão sua culpa presumida, uma vez que, mesmo que alguns dos provedores dependam de serviços de outras empresas, estão exercendo uma atividade de risco, no entanto, em casos de danos a seus usuários devem responder objetivamente conforme a regra do Código de Defesa do Consumidor.

No entanto, para caracterizar a responsabilidade dos provedores é preciso analisar a natureza da atividade exercida e as cláusulas contratuais entre eles e o tomador de serviço.

O artigo 14 do CDC fala da responsabilidade civil dos fornecedores de serviço:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

⁴⁵ MENEZES. Rafael José de. **Responsabilidade civil na internet e cybercrimes**. Disponível em <http://rafaeldemenezes.adv.br/artigo/Responsabilidade-Civil-na-internet-e-Cybercrimes/31> . Acesso em 16 maio 2013. p.1.

Nota-se que o Código de Defesa do Consumidor, utiliza a responsabilidade objetiva para os fornecedores de serviços classificando pelo defeito do serviço, dano experimentado pelo consumidor e a relação de causalidade entre o defeito e o dano. Para identificarmos os tipos de defeitos o parágrafo 1º trouxe apenas um rol exemplificativo, o qual dependerá da atividade exercida pelo fornecedor de serviço.⁴⁶

Já o parágrafo 2º, refere-se ao produto que era adequado na época em que foi contratado, no entanto, para os provedores de internet não se aplica, uma vez que o serviço contratado é uma atividade continuada tendo o dever de atualizar seus equipamentos no momento da utilização e não só no momento da contratação.

Na sequência o parágrafo 3º trata das excludentes de responsabilidade apenas a inexistência de um defeito e a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, mas a doutrina em determinados casos admite também o caso fortuito e a força maior.⁴⁷ O parágrafo 4º apenas trata dos casos de profissionais liberais que terão responsabilidade subjetiva, ou seja, mediante a comprovação de culpa.

Os provedores de serviço de internet, como são fornecedores de serviços, respondem nos casos de vícios na qualidade conforme dispõe o artigo 20 do Código de Defesa do Consumidor⁴⁸:

O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

§ 1º A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

⁴⁶ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.63.

⁴⁷ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.64.

⁴⁸ BRASIL. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 set 1990.

Igualmente, não adianta o fornecedor do produto estabelecer cláusulas que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar ao consumidor que teve dano por vício de qualidade ou de quantidade no serviço.

O artigo 25 do Código de Defesa do Consumidor dispõe exatamente nesses casos, proibindo a existência dessas cláusulas. No entanto, mesmo com o artigo expressamente proibindo, alguns fornecedores de produtos colocam tais cláusulas com o intuito de inibir o consumidor ao pedido de indenização ou da reparação do dano, mas essa cláusula pode ser considerada nula e abusiva.

No parágrafo 2º do mesmo artigo, expõe que respondem solidariamente os casos de dano causado por componentes ou peças incorporadas do produto ou serviços fornecido por fabricantes, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.

Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 2º Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.⁴⁹

Para a Responsabilidade Civil dos provedores de internet o § 2º do artigo 25 é de extrema relevância, uma vez que os provedores de serviço de internet necessitam de diversos componentes de terceiros. Mas a responsabilidade nos casos dos provedores de serviço de internet nem sempre será solidária, o que dependerá de casa tipo de provedor e seu serviço disponibilizado, os quais veremos nos próximos itens deste capítulo.

Também no artigo 50 do CDC, menciona hipóteses de cláusulas abusivas de fornecedores de produtos e serviços, tornando essas cláusulas nula.

Quando o fornecedor do produto não for considerado uma relação de consumo, o fornecedor responderá pelo artigo 931 do Código Civil, em casos de danos nos produtos postos em circulação e o adquirente do produto não precisará provar a culpa do fornecedor.

Mas, como já mencionada, cada provedor de serviço de internet presta um serviço diferente, é preciso então analisar cada provedor e suas respectivas obrigações, para enquadrá-los nas hipóteses de responsabilidade.

⁴⁹ BRASIL. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 set 1990.

Os autores ao entrarem nesse tema separam a responsabilidade dos provedores por atos próprios e abrem outro tópico para falar de atos dos usuários ou de terceiros, no entanto, aqui nos cabe falar tanto dos atos próprios quanto atos dos usuários e de terceiro no mesmo item, para analisar com mais precisão a diferença nessas duas ocasiões.

4.1 Responsabilidade Civil do provedor Backbone

O provedor de backbone, também chamado de espinha dorsal, é responsável apenas por disponibilizar acesso à infraestrutura do tráfego de dados da rede. Ou seja, não exerce atividade de edição e nem monitora as informações.

Não existe relação de consumo entre os provedores backbone e o Provedor de Acesso, sendo assim, é lícito em casos de inadimplemento o provedor interromper a prestação de serviço, pois apesar da internet ser de grande utilidade, não é considerado como essenciais ou indispensáveis a população, por isso não se aplica a regra do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, que trata do princípio da continuidade.

Assim só responderá o provedor de backbone em casos de falhas na prestação de serviço, conforme artigo 931 do Código Civil.

4.2 Responsabilidade Civil do Provedor Acesso

O provedor de acesso é aquele que presta um serviço de intermediação entre o usuário e a rede, é o provedor que conecta o usuário a internet, sem deixar de lado a eficiência a segurança e a continuidade do serviço. Ou seja, o provedor apenas disponibiliza ao usuário o acesso à internet, mas não tem controle dos conteúdos utilizados pelos usuários.⁵⁰ Mas, deve garantir a continuidade do serviço, só podendo impedir o acesso de seus usuários por ordem judicial.

⁵⁰ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.67

Enquadra-se no conceito de fornecedor de serviço do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor, e presta um serviço de intermediação entre o usuário e a rede. Claudia Lima Marques conceitua fornecedor de bens e serviços como :

Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços⁵¹

A atividade do provedor de acesso, portanto, é uma atividade de fornecedor de serviço e está vinculada a disponibilidade de outros fornecedores de serviços, mas não se isentará da responsabilidade nos casos de falhas dos serviços contratados.

Marcel Leonardi⁵² comenta os casos em que o provedor de acesso responde por seus próprios atos que causar danos aos usuários.

O provedor de acesso responde pelos danos causados ao usuário decorrentes da má prestação dos serviços, tais como nas hipóteses de falhas na conexão, de velocidade de transmissão de dados inferior à contratada, de interrupção total da conexão, de impossibilidade de conexão momentânea ou permanente a determinados *web sites* ou serviços da Internet de acesso livre, de queda da qualidade ou da velocidade de conexão em horários de maior utilização dos serviços, entre diversos outros. (...) o provedor de acesso também responde pelos danos causados na hipótese de seus sistemas informáticos atribuírem, equivocadamente, a conexão de um computador à Internet ao nome de determinado consumidor sem que efetuem a verificação prévia de seu nome de usuário e de sua senha respectiva.

Sendo assim, os provedores de acesso à internet, nos casos de danos causados a usuários decorrentes de seus próprios atos (má prestação de serviço), respondem de forma objetiva, ou seja, o usuário não precisa provar a culpa do provedor, para que ele se responsabilize pelo dano que causou ao usuário.

As excludentes de responsabilidade são tratadas no parágrafo 3º do artigo 14 do CDC, podendo ser nos casos de defeito inexistente ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Alguns doutrinadores utilizam como excludente a força maior ou do caso fortuito, mesmo o artigo não tratando desses casos.

Como já citado, alguns provedores de serviço de internet ao firmarem contrato com seus usuários, utilizam cláusulas excluindo a responsabilidade em determinados casos, os quais eles tem o dever de agir, assim como, utilizam cláusulas impossibilitando o usuário de

⁵¹ MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumido: o novo regime das relações contratuais**. 4 ed. ver., atual. e ampl. 2 tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 326.

⁵² LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.67.

pedir indenizações em casos de danos. No entanto, essas cláusulas não os isentam de responsabilidade.

Todas essas cláusulas dos contratos de adesão que impossibilite, exonere ou atenuie a obrigação do provedor de acesso, serão cláusulas abusivas e nulas conforme artigo 25 do Código de Defesa do Consumidor, já mencionado nos itens anteriores.

As indenizações serão ponderadas na medida do dano causado ao usuário, sendo que meros aborrecimentos terão apenas descontos nas suas faturas mensais, já os casos mais graves de danos, o provedor deve reparar o dano integralmente e se ocorrer dano moral deverá ser indenizado.

Conclui-se, portanto, que os provedores de acesso à internet, responderá de forma objetiva conforme artigo 14 e 20 do Código de Defesa do Consumidor, por danos causados a seus usuários, mesmo que o defeito seja de dependência de terceiros, sendo assim, fundamentar-se-á pelo § 2º do artigo 25 do Código de Defesa do Consumidor: “Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação”⁵³

Já os casos em que os danos forem praticados por atos de seus próprios usuários ou de terceiros, são analisados por outro enfoque.

Como a atividade do provedor de acesso a internet se limita a conexão do usuário a internet, não lhe cabendo o controle das atividades os quais seus usuários ou terceiros exercam.

Assim, em casos de conteúdo ou informações difamatórias imputadas a alguém, como provedores não tem acesso a este conteúdo, não se pode cobrar uma responsabilidade se não a subjetiva, ou seja, precisa provar a culpa do provedor de acesso para que possa lhe imputar uma reparação ao dano.

Isso se dá, pela falta de nexo de causalidade com o dano, pois seria impossível do provedor impedir a ocorrência, uma vez que, o provedor de acesso apenas faz a intermediação entre o usuário e a rede.

Para Marcel Leonardi “Essa responsabilidade somente pode ser imputada a um provedor de serviços de internet quando este é notificado a respeito da existência de determi-

⁵³ BRASIL. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 set 1990.

nado conteúdo ilícito e nada faz para remover ou bloquear o acesso a ele”.⁵⁴

No caso comentado por Marcel Leonardi, o provedor de acesso será responsável por omissão, negligência ou imprudência, respondendo de forma subjetiva conforme artigo 186 do código civil.

No entanto, nos casos do provedor não ter conhecimento do conteúdo ofensivo, observa Antônio Jeová Santos⁵⁵:

No que tange ao alojamento de dados, a responsabilidade civil não incidirá desde que o provedor não tenha conhecimento efetivo de que a atividade ou a informação é ilícita e, no que se refere à ação, não tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias pelas quais a atividade ou a informação revele seu caráter ilícito, o PSI deve atuar imediatamente para retirada da informação ou fazer com que o acesso ao sítio ou página se torne impossível.

Assim, podemos identificar que, nos casos de danos causados a seus usuários por atos próprios, os provedores de acesso, responderão de forma objetiva conforme artigo 14 e 20 do Código de Defesa do Consumidor e, nos casos de danos praticados por atos de usuários ou de terceiro, em princípio estará isenta de responsabilidade, e só será imputada uma responsabilidade subjetiva nos casos de omissão, negligência ou imprudência do provedor de acesso, enquadrando-se no artigo 186 e 927 caput do Código Civil.

4.3 Responsabilidade Civil do Provedor de Informação ou Conteúdo

Os provedores de Informação ou de conteúdo são os que disponibilizam as informações na internet, exercendo o controle editorial dessas informações, por isso, sua responsabilidade é mais agravada que as dos demais provedores.

A norma nº 04/95, aprovada pela Portaria nº 148/95 do Ministério das Comunicações, apresenta o provedor de serviço de informação como sendo “a entidade que possui informações de interesse e as dispõe na Internet, por intermédio do serviço de Conexão à Internet”.⁵⁶

Por estar no papel de controlador editorial, a responsabilidade a princípio será ob-

⁵⁴ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.98.

⁵⁵ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano Moral na Internet**. São Paulo: Método, 2001, p122-123.

⁵⁶ Norma nº 04/95, aprovada pela Portaria nº 148/95 do Ministério das Comunicações.

jetiva, sendo que, assume o risco de eventual ataque a direito personalíssimo de terceiro.

Alguns doutrinadores, como Antônio Jeová Santos⁵⁷, separa os conteúdos expostos na internet como conteúdos diretos, que são aqueles que o próprio provedor são os autores, e o indireto ou de terceiros, não sendo de autoria do provedor.

Esses conteúdos Marcel Leonardi⁵⁸ estuda separadamente cada informação que é disponibilizada, podendo ser pela forma má utilizada de *lincks e de cookies*, a propaganda eleitoral; o direito autoral; a publicidade enganosa; abuso no exercício da liberdade de manifestação de pensamento ou de imprensa; incorporação de conteúdos alheios como se fossem próprios.

Cada um desses modos de disponibilizar informação: são estudadas de maneira diferente, como a de abuso da liberdade de manifestação de pensamento ou de imprensa, que deverá ser levada em conta a responsabilidade civil da Lei de Imprensa⁵⁹ parágrafo 2º artigo 49.

Quanto à violação dos direitos autorais, será amparado pela Lei nº 9.610/1998, Lei de Direitos Autorais, assegurando a imediata suspensão ou interrupção dos conteúdos. Assim, apesar de ser dos principais desafios do Direito Moderno todos os casos enquadrados nessa hipóteses de violação a direitos autorais e demais casos relativos à propriedade intelectual, serão resolvidos a partir da Lei de Direitos Autorais.

Antônio Jeová Santos destaca seu posicionamento nos casos conteúdo ofensivo de não conhecimento do provedor: “No que tange ao alojamento de dado, a responsabilidade civil não incidirá desde que o provedor não tenha conhecimento efetivo de que a atividade ou a informação é ilícita (...)”.⁶⁰

Mas nos casos em que o provedor tem o conhecimento que o conteúdo é ofensivo deve atuar imediatamente retirando a informação ofensiva:

Uma vez ciente pelo ofendido que está sendo exibida mensagem ofensiva, o provedor tem a faculdade de baixar a página, excluindo-a de sua site, mantê-la ou demorar-se a tomar a providência pleiteada extrajudicialmente. Mantendo o página por entender que o contudo da informação não ofende o usuário, somente o Poder Judi-

⁵⁷ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano Moral na Internet**. São Paulo: Método, 2001, p122-123

⁵⁸ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p. 63-108.

⁵⁹ BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 fev 1967.

⁶⁰ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano Moral na Internet**. São Paulo: Método, 2001, p122-123.

ciário poderá dirimir a situação⁶¹

Analisando casos jurisprudenciais, nota-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, em não aplicar o artigo 927 do Código Civil e nem a aplicar o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor para os provedores de conteúdo.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PROVEDOR DE CONTEÚDO DA INTERNET. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. OMISSÃO. SÚMULA N. 7/STJ. 1. O provedores de conteúdo da internet não se submetem ao art. 927 do CC/2002, que trata da responsabilidade objetiva, pois a inserção de mensagens com conteúdo ofensivo no site não constitui um risco inerente à atividade, nem tampouco ao art. 14 do CDC, por não se tratar de produto defeituoso. 2. Possuem responsabilidade subjetiva por omissão os provedores de internet que, após serem notificados sobre a existência de página com conteúdo ofensivo, permanecem inertes. 3. No caso concreto, o Tribunal de origem, analisando a prova dos autos, concluiu pela configuração do dano moral, em virtude da inércia da recorrente em bloquear a página da rede social com conteúdo ofensivo, condenando-a ao pagamento de danos morais. 4. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 5. O valor da indenização foi fixado de forma a preservar a dupla finalidade da condenação, considerando as peculiaridades subjetivas do caso. Rever tal entendimento implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado pelo óbice da referida Súmula. 6. Agravo regimental desprovido.

(...) Esta Corte já decidiu pela inaplicabilidade do art. 927 do CC/2002, que trata da responsabilidade objetiva, aos provedores de conteúdo da internet, pois a inserção de mensagens com conteúdo ofensivo no site não constitui um risco inerente à atividade, nem tampouco do art. 14 do CDC, por não se tratar de produto defeituoso. No entanto, os provedores de internet, que após serem notificados sobre a existência de página com conteúdo ofensivo permanecem inertes, possuem responsabilidade subjetiva por omissão.(...)⁶²

Em razão disso, negou provimento ao Agravo regimental, pois o autor havia requerido a retirada do conteúdo e o provedor permaneceu inerte quanto a retirada da página, sendo assim, sua responsabilidade é subjetiva e nesse caso que foi comprovada a culpa do provedor de conteúdo, deverá indenizar o ofendido.

4.4 Responsabilidade Civil do Provedor de Correio Eletrônico

⁶¹ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano Moral na Internet**. São Paulo: Método, 2001, p122-123.

⁶² BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial. Ação indenizatória nº 137.944 - RS (2012/0003695-0). Agravante: Google Brasil Internet Ltda. Agravado: Irismar Lira. Relator : Ministro Antonio Carlos Ferreira Decisão: 21/03/2013 DJe 08/04/2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br> . Acessado em 30 maio 2013.

O poder Judiciário trabalhista, já equiparou o correio eletrônico ao correio convencional, assim hoje, usa-se o mesmo diploma do artigo 5º inciso XII da Constituição Federal⁶³, quanto ao sigilo à correspondência.

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

No entanto, alguns doutrinadores interpretam que o *e-mail* é similar ao cartão postal, que pode ser visualizado por qualquer pessoa, não aceitando então o entendimento de que *e-mail* é inviolável igual às correspondências tradicionais. Cabendo assim, aos juízes interpretar da melhor forma, uma vez que, a Constituição Federal não faz menção ao sigilo da correspondência eletrônica.⁶⁴

Antônio Jeová dos Santos⁶⁵ identifica a Lei de Imprensa a todos os meios de comunicação, vejamos:

É palmar a atuação dos provedores, em tudo similar à de editores quando oferecem este tipo de serviço. Prestando informações, atuam como se fossem um diretor de publicações, entre elas, jornais revistas e periódicos. A responsabilidade prevista na lei de Imprensa é a mesma para editores de jornais e estes meios modernos de informação.

O correio eletrônico nos traz riscos muito maiores de uma correspondência convencional, mas há uma expectativa de privacidade da correspondência eletrônica não ser lida e nem interceptada por terceiros e, até mesmo, pelo provedor de correio eletrônico. O provedor deverá disponibilizar o acesso ao *e-mail*, apenas aqueles usuários que contratem o serviço, e ainda, o contratante só poderão acessar com o nome e senha, impedindo acesso de terceiros.

Assim, o provedor de correio eletrônico deve tomar o máximo de precaução quanto à inviolabilidade, mas, caso ocorra à violação do e-mail por terceiros, os quais não foram submetidos por autenticação de nome e senha, ai sim, o provedor de correio eletrônico responderá por eventuais danos causados a seus usuários. Nesse caso, o dano deve ser integralmente reparado com danos morais caso o tenha, mas o usuário deverá provar ao menos dano e nexo de causalidade, não sendo necessária a culpa do provedor, pois responderá objetivamente.

⁶³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado.

⁶⁴ TOMIZAWA, Guilherme. **A invasão de privacidade através da internet: a dignidade humana como direito fundamental**. Curitiba: JM livraria Jurídica, 2008, p. 105.

⁶⁵ SANTOS, Antônio Jeová. **Dano Moral na Internet**. São Paulo: Método, 2001, p122-123.

te pelos danos causados.⁶⁶

O provedor de correio eletrônico, assim como o provedor de acesso, responderá objetivamente nos caso de danos por má prestação do serviço, mesmo que o dano tenha ocorrido por falha do serviço de terceiros, do qual o provedor usufrui do seu serviço.

Nos casos das clausulas abusivas, segue também a mesma linha dos provedores de acesso, sendo que serão nulas as cláusulas que limitem a responsabilidade do provedor em caso de danos. As excludentes de responsabilidade só se darão nos casos mencionados no § 3º do artigo 25 do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de uma relação de consumo, enquadrada do artigo 3º do mesmo Código.

Sobre a responsabilidade dos provedores nos casos de invasão por *hackers*, Roberto Senise Lisboa, citado por Marcel Leonardi⁶⁷ destaca:

Caso se demonstre a culpa exclusiva de terceiro, como se verifica na hipótese do *hacker* a provedora poderá se beneficiar dessa excludente de responsabilidade, recaiando o dever de indenização por danos morais em desfavor do real violador (artigo,II da Lei nº 8.078/1990).

Passando para os danos por atos ilícitos praticados por usuários ou por terceiros, entende-se que, o provedor de correio eletrônico apenas dá acesso a conta eletrônica a seus usuários através de uma senha pessoas de cada um, não tendo o controle dos conteúdos das mensagens e outras informações enviadas pelo *e-mail*, assim, um usuário que utiliza o serviço de maneira ilícita deve responder a tal conduta.

O artigo 931 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que as empresas respondam por danos causados pelos seus produtos postos em circulação, independente de comprovação da culpa, no entanto, não se aplica aquele consumidor que utiliza o produto de forma ilícita.

Marcel Leonardi exemplifica: “A ninguém correria responsabilizar o fabricante de automóveis pelos danos causados pelos motoristas que causou acidente de transito ou que participa de corridas ilegais nas ruas, usando os veículos fabricados pela empresa”⁶⁸

A não ser que esse ato ilícito de usuários ou terceiros, tenha concorrência com atos

⁶⁶ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.68-70.

⁶⁷ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.70.

⁶⁸ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p.100.

do provedor. Assim, fará necessária a comprovação do dano, do nexo de causalidade e a culpa do provedor de correio eletrônico quanto à concorrência para o ato ilícito. Respondendo de forma subjetiva, aplicando-se o artigo 186 do Código Civil.

Nesse sentido, verifica-se o julgado, onde pediu indenização por ofensas veiculadas de seu e-mail e encaminhada a terceiros por intermédio do serviço de correio eletrônico. Em sentença, foram indeferidos os pedidos, entendendo que inexistiram falhas no serviço prestado, tendo havido culpa exclusiva do usuário.

O Tribunal mantém a decisão, e o Recurso especial interposto pelo autor, foi negado provimento com o argumento de que, isenta de responsabilidade o provedor de correio eletrônico por dano moral, pois não tem o dever de fiscalizar o conteúdo das mensagens e, por não ser risco inerente a atividade, não aplicando assim a regra da responsabilidade objetiva:

CIVIL E CONSUMIDOR. INTERNET. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CDC. GRATUIDADE DO SERVIÇO. INDIFERENÇA. PROVEDOR DE CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL). FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DAS MENSAGENS ENVIADAS. DESNECESSIDADE. MENSAGEM OFENSIVA. DANO MORAL. RISCO INERENTE AO NEGÓCIO. INEXISTÊNCIA. CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE CONTEÚDO ILÍCITO. BLOQUEIO DA CONTA. DEVER. IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO. INDICAÇÃO DO PROVEDOR DE ACESSO UTILIZADO. SUFICIÊNCIA.⁶⁹

Então concluímos que, quando ocorrer danos por atos próprios do provedor de correio eletrônico, sua responsabilidade será objetiva de acordo com o artigo 14 e 20 do Código de Defesa do Consumidor. Apenas excluindo a responsabilidade nos casos previstos no §3 do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, o que não ocorre no caso em tela. No entanto, nos casos de danos, por atos ilícitos de usuários ou de terceiros, só responderá mediante comprovação de culpa, responsabilidade subjetiva do artigo 186 e 927, caput, do Código Civil.

4.5 Responsabilidade Civil do Provedor de Hospedagem

O provedor de conteúdo é destinatário final dos serviços do provedor de hospedagem, assim há uma relação de consumo entre eles, respondendo objetivamente por danos cau-

⁶⁹ BRASIL Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. Ação indenizatória.nº 1.300.161 - RS (2011/0190256-3). RSTJ vol. 227 p. 504. Recorrente : José Leonardo Bopp Meisterre. Recorrido : Microsoft Informática Ltda. Relatora : Ministra Nancy Andrighi. Decisão: 19/06/2012 DJe 26/06/2012 Disponível em: <http://www.stj.jus.br> . Acessado em 30 maio 2013.

sados. Além de ser indispensável à contratação de um provedor de conteúdo para que se possa veicular as informações do provedor de hospedagem.

O provedor de hospedagem é mero distribuidor de informação, e assegura o armazenamento de arquivos, fornecendo espaço ao servidor de conteúdo para armazenar as informações, no entanto, não possui qualquer controle sobre essas informações armazenadas pelo provedor de conteúdo.⁷⁰

Ou seja, como não tem controle do conteúdo armazenado pelo provedor de conteúdo, o provedor de hospedagem só responderá por danos causados pela má prestação de serviço ou quando houver falhas nos equipamentos informáticos ou defeitos no sistema de segurança contra invasões, como acontece com todos os outros provedores.

Nesses casos, a vítima deverá provar o dano e o nexo de causalidade, no entanto não precisa provar a culpa, uma vez que, os provedores deve arcar com os riscos da atividade, não podendo transferir a responsabilidade para seus usuários.

O provedor de hospedagem, assim como os outros, tem o costume de firmar contratos de adesão limitando garantias de adequação de serviço e limitando suas responsabilidades nos casos de danos, no entanto, essas cláusulas são abusivas e consideradas nulas. As excludentes de responsabilidade deste provedor também estão previstas no § 3 do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor.

A respeito da responsabilidade dos provedores de hospedagem por atos ilícitos cometidos por seus usuários ou por terceiros, podemos citar o mesmo exemplo dado por Marcel Leonardi: “como uma livraria ou banca de jornais e revistas não controla o conteúdo das publicações que vende, o provedor de hospedagem não exerce quaisquer atividade de edição”.⁷¹

Como o provedor de hospedagem não tem controle das informações nem do conteúdo, não se pode imputá-lo a responsabilidade pelo dano causado do autor de um ato ilícito. Não há relação nenhuma entre o autor do ato ilícito e o provedor de hospedagem, pois esse não é titular da página hospedada apenas cede o espaço para armazenar um conteúdo, não se falando em responsabilidade solidária.

Marco Aurélio Greco expõe seu posicionamento sobre o controle de trafego de in-

⁷⁰ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p 70/104.

⁷¹ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p 104

formações:

(...) tanto o provedor de acesso como o provedor de espaço (hospedagem) não estão obrigados a acessar nem controlar o que está sendo trafegado pelo sistema que disponibilizam; o primeiro tem autorização para fazê-lo por razões de avaliação da eficiência do sistema, otimização de fluxos etc., mas não por uma razão ligada ao controle sobre o respectivo conteúdo; o segundo pode ter pleno acesso aos conteúdos, embora não esteja obrigado a fazê-lo.⁷²

Nesse sentido podemos observar este julgado, em que a autora pede indenização por danos morais, por um terceiro que fez perfil falso em seu nome, pediu ao provedor de hospedagem o número do IP de quem originou o dano, assim como, os dados e o nome do proprietário da linha

O provedor em Agravo de instrumento Provido, não tem obrigação de guardar informações pessoais dos usuários e não é da natureza da atividade do provedor de hospedagem fiscalizar os conteúdos, servindo apenas como hospedeiro de páginas.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PERFIL ORKUT. GOOGLE. IDENTIFICAÇÃO DO CRIADOR DA PÁGINA. IMPOSSIBILIDADE.

No caso em tela, provedor de hospedagem *Google*, não possui os dados relativos aos nomes, endereço e outros identificadores dos hospedantes, a não ser, o número do IP. Ademais, não é compelido a armazenar dados pessoais de seus usuários, não sendo possível o fornecimento de informações que não possui em seu banco de dados, tais como: o nome completo, CPF, RG e o endereço pessoal de seu usuário. AGRAVO PROVIDO.⁷³

O provedor só será responsabilizado em casos de omissão, negligência ou imprudência, quando deixar de bloquear o acesso a estes conteúdos ilícitos. Sendo assim Gustavo Testa Corrêa salienta sobre a responsabilidade de usuários dos provedores:

Os provedores devem esclarecer e fixar, por via contratual, a responsabilidade de seus usuários acerca de condutas delituosas que venham a ferir o ordenamento jurídico brasileiro, tornando claro o seu posicionamento perante tais ações.⁷⁴

O provedor de hospedagem é como um alojador de sites, oferecendo o serviço *hosting* (hospedagem)

Importante destacar que mesmo o provedor de hospedagem que tenha conhecimento efetivo da infração, ou de fatos ou circunstâncias que evidenciam a atividade ou informação ilegal, não será responsabilizado

⁷² GRECO, Marco Aurélio. **Internet e Direito**. São Paulo: Dialética, 2000, p 114.

⁷³ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento nº 70053410833.

Agravante: Google Brasil Internet Ltda Agravado: Débora Cristina Deotti Relator: Túlio de Oliveira Martins
Decisão: 28/02/2013 DJe 08/03/2013. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br> . Acessado em: 31 maio 2013.

⁷⁴ CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 101.

se remover tal informação ou se impedir o acesso a ela a partir do momento em que tenha conhecimento de sua existência.⁷⁵

No entanto, não cabe ao provedor julgar a seu modo os conteúdos que são expostos na internet. Ora podemos concluir que só será responsabilizado caso já tenha sido invocado para bloquear o acesso ao conteúdo e mesmo assim não o fez. Caso contrário, só responderá por danos causados por atos de usuários ou de terceiro de forma subjetiva, ou seja, a vítima deverá provar, além do dano e do nexo causal, provar a culpa do provedor de hospedagem para que se possa imputar-lhe a responsabilidade pelo dano.

Fundamenta-se a responsabilidade do provedor por atos ilícitos praticados por usuários ou terceiros no artigo 186 do Código Civil, por responsabilidade subjetiva. E, quanto à responsabilidade por seus próprios atos, responderá pelo artigo 14 e 20 do Código de Defesa do Consumidor, assumindo o risco da atividade, com responsabilidade civil subjetiva.

5 ANÁLISE DO PROJETO LEI 2.126/2011

Ainda hoje, não existe lei que responsabilize os provedores de serviço de internet aos danos causados por atos de seus usuários, nem fiscalizar os atos. Na verdade, a Constituição Federal até proíbe a fiscalização, em virtude do artigo 5º inciso II, quanto ao sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.

No entanto, inexistente outro ordenamento jurídico disciplinando a responsabilidade civil dos provedores de internet, por isso invocamos o Princípio da Legalidade, do artigo 5º, inciso II, que afirma: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de lei”, mesmo que, houve lei disciplinando a responsabilidade do provedor quanto a conteúdos ilícitos, seria impossível que os provedores fiscalizassem todos os tipos de informações contidas no ciberespaço.⁷⁶

Os operadores jurídicos deverão utilizar o bom senso para dirimir questões jurídicas relacionadas à Internet, procurando sempre relacionar a parte técnica com o ordenamento jurídico em exercício. São as análises simples e lógicas que possibilitarão um

⁷⁵ LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005, p. 32.

⁷⁶ CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 100.

eficaz entendimento das questões cotidianas de nossos tribunais, sendo, principalmente, os bancos acadêmicos os futuros responsáveis pela construção deste, já que é neles que existe uma verdadeira interdisciplinaridade, essencial para a resolução dessas novas questões.⁷⁷

A doutrina brasileira segue o entendimento da legislação internacional quanto à responsabilidade civil dos provedores, isentando a responsabilidade de monitoramento e controle de conteúdo como faz menção o artigo 15 da Diretiva 200/31 da Comunidade europeia, datada em 08/06/200.⁷⁸

No entanto há o Projeto de Lei nº 2.126/2011, aguardando aprovação, mas tem como objetivo “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil”⁷⁹ e deve trazer inovações ao ciberespaço. É chamada de Marco Civil da Internet, pois é a única lei em que regulamentará pela primeira vez aspectos sobre a internet.

O Projeto foi encaminhado a Câmara em 2011, e foi preparado no Ministério da Justiça com o apoio do Centro de Tecnologia e sociedade da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sendo que o Relator do Projeto é o Deputado Federal Alessandro Molon (PT-RJ).

As fases do projeto Lei nº 2.126/2011 pode ser acompanhada pelo site da Câmara dos Deputados no link <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517255>, ou também, pelo blog do Marco Civil da Internet acessado em <http://cultura-digital.br/marcocivil>, ambos trazem consigo o projetos, suas peculiaridades e expectativas, assim como as fases que o Projeto lei esta percorrendo. Atualmente segue em regime de urgência, aguardando apreciação do Plenário.

Houve diversas audiências públicas, sendo que a primeira foi realizada em Brasília, no dia 17 de abril de 2012, tratando dos temas: os direitos dos usuários e a responsabilidade civil de terceiros.

Foram feitas 7 audiências públicas e Seminários em 4 regiões do País, onde foram ouvidos 62 palestrantes

⁷⁷ CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. São Paulo:Saraiva, 2000, p. 107.

⁷⁸ BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). **Manual de Direito Eletrônico e Internet**. São Paulo:Lex Editora, 2006 ,p.652.

⁷⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto Lei nº 2.126/2011. **Dispõe sobre o acesso a informações da Internet, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=PL+2126/2011>. Acessado em 24 de maio de 2013.

O Projeto Lei ainda está pra ser apreciada pelo Plenário e tramita em conjunto com o Projeto Lei nº 5.403/2001 e pode ser acompanhado pelo site da Câmara.

Os principais pontos do Marco Civil é a liberdade de expressão, a neutralidade da rede, a proteção da privacidade do usuário, a guarda de registro, a Responsabilidade Civil de terceiros e a atuação do poder público. Pretendendo estabelecer regras gerais da internet do Brasil como se fosse uma Constituição da Internet.⁸⁰

Vem acompanhada de cinco capítulos, passando primeiramente pelas disposições preliminares, onde trata do conceito e do objetivo da Lei. O segundo capítulo trata dos direitos e garantias dos usuários. O terceiro capítulo aborda a previsão de conexão e de aplicações de internet, como a responsabilidade por danos decorrente da internet, dentre outros. O capítulo quatro aborda a atuação do poder público quanto à internet, seu desenvolvimento e incentivos. Por último o capítulo cinco vem garantir o direito fundamental de acesso à internet mesmo q individual ou coletivo.

Os princípios que disciplinam o uso da internet esta exposto no artigo 2º do Projeto Lei nº 2.126/2011, sendo “I - Princípio da garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição; II – proteção da privacidade; III – proteção aos dados pessoais, na forma da lei; IV – preservação e garantia da neutralidade da rede, conforme regulamentação; V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas; VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei; e preservação da natureza participativa da rede.

Os objetivos de disciplinar o uso da internet estão exposto do artigo 4º, na parte de disposições preliminares, salientado que o Marco Civil da Internet visa a todos os cidadãos o acesso a informações, ao conhecimento, a cultura e na condução dos assuntos públicos, promover a inovação e fomentar a ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e promover a adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.⁸¹

⁸⁰ Comentários do Deputado Federal e Relator do Projeto Lei nº 2.126/2011 Alessandro Molon em Palestra sobre o **Marco Civil da Internet: princípios, direitos e deveres**. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uECDiLA4rxU> . Acessado em 27 maio 2013.

⁸¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto Lei nº 2.126/2011. **Dispõe sobre o acesso a informações da Internet, e dá outras providências**. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=PL+2126/2011. Acessado em 24 de maio de 2013.

O Marco Civil da Internet, também conceitua alguns elementos essenciais no ciberespaço, são eles: a internet; terminal; administrador de sistema autônomo; endereço de IP; conexão a internet; registro de conexão; aplicações de internet; e registros de acesso a aplicações de internet.

Referente à guarda de Registro a lei salienta a preservação da intimidade, onde deve ser sempre observado a vida privada honra e imagem das pessoas envolvidas, no entanto, como apenas guarda os registros, será obrigado a disponibilizar informações que identifiquem usuários, apenas sob ordem judicial, caso contrário, será violada e ferida a privacidade do usuário.

Quanto à responsabilidade dos provedores por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, refere-se o artigo 14, 15 e 16:

Art. 14. O provedor de conexão à Internet não será responsabilizado por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Art. 15. Salvo disposição legal em contrário, o provedor de aplicações de Internet somente poderá ser responsabilizado por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

Parágrafo único. A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

Art. 16. Sempre que tiver informações de contato do usuário diretamente responsável pelo conteúdo a que se refere o art. 15, caberá ao provedor de aplicações de Internet informá-lo sobre o cumprimento da ordem judicial.⁸²

De acordo com estes dispositivos, a Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviço de Internet será subjetiva, ou seja, só será responsabilizado o provedor se provar a culpa do mesmo quanto aos danos causados por usuários ou terceiros, ou, em casos de ordem judicial mandar e o provedor não tornar indisponível o conteúdo.

Contudo, o Marco não trata de crimes ciber-crimes, por isso a nomenclatura “Marco Civil”, não trata de direitos autorais, sendo mantida as regras da lei de Direitos Autorais, nem trata de dados pessoais.

Com ele, a expectativa é a regulamentação da matéria em estudo, facilitando e dando segurança tanto aos provedores de serviço de internet e aos seus usuários, quanto aos

⁸² BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto Lei nº 2.126/2011. **Dispõe sobre o acesso a informações da Internet, e dá outras providências.** Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=PL+2126/2011>. Acessado em 24 de maio de 2013.

juízes na hora de aplicar as regras de responsabilidade civil.

O Projeto Lei nº 2.126/2011, a fim de ser uma espécie de Constituição da Internet, como já mencionado, regulamenta regras gerais de internet, acarretaram algumas alterações no entendimento a questões da responsabilidade civil dos provedores de internet.

Assim podemos destacar os casos de conteúdos enviados por terceiros que hoje são de responsabilidade do provedor de conteúdo, porém se não retirar o material disponível em tempo breve, quando solicitado pela parte interessada, responderá pelos danos causados. No entanto, o projeto lei quando trata do assunto, estabelece que o provedor de conteúdo, só será responsabilizado caso não retire o material disponível após uma ordem judicial pedindo que o faça. Mas, não impede que o provedor remova o conteúdo caso o identifique ofensivo, nesse caso poderá remover ainda que sem ordem judicial.

Conclui-se aqui, que o Marco Civil da Internet apenas dará início a grandes manifestações para novas regulamentações serem feitas em matéria de internet, entendendo que, não poderia trazer em apenas uma lei, todas as matérias pertinentes a ela, cabendo ao legislativo, a partir desse Marco, dar iniciativa a outras regulamentações pertinentes à matéria.

6 CONCLUSÃO

A internet trouxe mais agilidade no nosso dia-a-dia e com ela nasceram novos problemas jurídicos para ser resolvido pelo Direito. Por isso, o trabalho teve por objetivo expor um ponto ainda em debate, os casos de Responsabilidade dos Provedores de Serviço de Internet. Assim, nota-se a ausência da norma para tratar especificamente deste assunto, onde hoje, a solução ainda é buscar auxílio de outras leis, como o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

No entanto, com a análise de doutrinas e da jurisprudência, notou-se a importância que nos trará a aprovação do Projeto Lei nº 2.126/2011, a fim de, estabelecer parâmetros claros e fixos, quanto a Responsabilidade de cada espécie de Provedor de Serviço de Internet, nos trazendo maior segurança jurídica à problemática da omissão da legislação sobre o tema.

Mas, enquanto ainda o Projeto é analisado, dar-se-a foco ao que doutrinadores

vêm disciplinando, como é o exemplo do Marcel Leonardi, que utilizado como base teórica deste trabalho, nos esclarece a Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviço de Internet por ato próprio ou por ato ilícito dos usuários ou de terceiros. No decorrer do estudo, verifica-se que quase todos os doutrinadores que tratam de direito e internet, falam da Responsabilidade Civil dos Provedores, no entanto, não trazem maior abordagem como Marcel Leonardi.

Com as análises de jurisprudência, verifica-se a incidência mais constante no judiciário de responsabilização aos Provedores de Conteúdo, nos casos de informações ilícitas. Normalmente são casos em que o usuário informa o provedor do material ilícito e muitos provedores acabam sendo omissos, nesses casos, sendo comprovada a culpa dessa omissão, respondem subjetivamente pelos danos causados a seus usuários ou a terceiros.

Não percebe-se nessa análise a incidência de muitos julgados pela má prestação dos serviços, partindo do ponto que, normalmente são resolvidos por acordos extrajudiciais de reparação de danos, ou abatimentos dos valores quando o provedor não estava funcionando.

Embora se consiga verificar como vem sendo julgado os casos pelo judiciário, ainda temos a problemática da omissão da legislação quanto ao tema específico, e, por ser um tema “novo”, a dificuldade do estudo é maior, sendo de grande escassez o estudo da doutrina sobre o tema.

Por isso, conclui-se a necessidade do legislativo em criar novos instrumentos jurídicos que garantam a proteção do patrimônio, da honra, da intimidade, da privacidade e do direito à informação.

Esse tema merece mais tempo e reflexão para abordar futuras propostas nas Responsabilidades dos Provedores, assim como, todos os temas de internet ainda muito poucos debatidos, abrindo leques de estudo e aprimoramento da matéria.

A maior dificuldade do presente estudo foi à escassez de doutrina, embora já seja possível localizar vários casos enfrentados pela jurisprudência acerca da responsabilidade civil do provedor de Internet, necessitamos de embasamento teórico para conclusão do tema.

Assim, não se tem dúvida que a internet nos trouxe inúmeros benefícios, nos ligando ao mundo inteiro, no entanto, dando início a novos conflitos sociais. Há uma omissão legislativa quanto a esses conflitos, trazendo necessidade da aprovação de um Projeto de Lei como o Marco Civil, que traria o início da nova era da Grande rede, abrindo assim, caminho para novas legislações sobre o tema e outros tão polêmicos como ele.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Laíss Targino Casullo de; REIS, Sérgio Cabral dos. **Responsabilidade civil dos provedores de conteúdo de internet**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10422&revista_caderno=17>. Acesso em 15 abril 2013.

BLUM, Rita Peixoto Ferreira. **Direito do Consumidor na Internet**. São Paulo: Quarter Lattin, 2002.

BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha (coordenadores). **Manual de Direito Eletrônico e Internet**. São Paulo:Lex Editora, 2006 ,p.652.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado.

_____. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan 2002.

_____. Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 set 1990.

_____. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação**. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 fev 1967.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto Lei nº 2.126/2011. **Dispõe sobre o acesso a informações da Internet, e dá outras providências**. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=912989&filename=PL+2126/2011. Acessado em 24 de maio de 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial. Ação indenizatória nº 137.944 - RS (2012/0003695-0). Agravante : Google Brasil Internet Ltda. Agravado : Irismar Lira. Relator : Ministro Antonio Carlos Ferreira Decisão: 21/03/2013 DJe 08/04/2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br> . Acessado em 30 maio 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. Ação indenizatória.nº 1.300.161 - RS (2011/0190256-3). RSTJ vol. 227 p. 504.Recorrente : José Leonardo Bopp Meisterre. Recorrido : Microsoft Informática Ltda. Relatora : Ministra Nancy Andrighi. Decisão: 19/06/2012 DJe 26/06/2012 Disponível em: <http://www.stj.jus.br> . Acessado em 30 maio 2013.

MACEDO, Gisele Amanda Maia Pereira Beltrami de. Responsabilidade Civil Dos Provedores de Internet. Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR – Brasil. Ano IV, nº 10, jun/dez 2013. ISSN 2175-7119.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento nº 70053410833. Agravante: Google Brasil Internet Ltda Agravado: Debora Cristina Deotti Relator: Túlio de Oliveira Martins Decisão: 28/02/2013 DJe 08/03/2013. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br> . acessado em: 31 maio 2013.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus Aspectos processuais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 9ª Ed. Ver. amp. São Paulo: Atlas, 2010.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. São Paulo:Saraiva, 2000.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 22 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

GRECO, Marco Aurélio. **Internet e Direito**. São Paulo: Dialética, 2000..

GUIA DO USUÁRIO INTERNET.Brasil. versão 2.0, abril de 1996, documento n. RNP/RPU/0013D, p. 7/8. Disponível em <http://www.rnp.br/_arquivo/documentos/rpu0013d.pdf>. Acesso em 23 de abril de 2013.

Isabel Costa Cabral Dall’Agnol. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Internet**

LEONARDI, Marcel. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Serviços de Internet**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumido: o novo regime das relações contratuais**. 4 ed. ver., atual. e ampl. 2 tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MENEZES. Rafael José de. **Responsabilidade civil na internet e cybercrimes**. Disponível em <http://rafaeldemenezes.adv.br/artigo/Responsabilidade-Civil-na-internet-e-Cybercrimes/31> . Acesso em 16 de maio de 2013.

NERY, Nelson Junior. **Código Civil Comentado**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade** Civil. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2003.

PEREIRA, Ricardo Alcântara. **Ligeiras Considerações sobre a Responsabilidade Civil na**

MACEDO, Gisele Amanda Maia Pereira Beltrami de. Responsabilidade Civil Dos Provedores de Internet. Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR – Brasil. Ano IV, nº 10, jun/dez 2013. ISSN 2175-7119.

Internet. In BLUM, Renato M. S. Opice (coord.), **Direito Eletrônico – A Internet e os Tribunais**, 1ª ed., São Paulo: Edipro, 2001.

Rede Nacional de Pesquisa. **Guia do usuário Internet/Brasil**, versão 2.0, abril de 1996, documento n. RNP/RPU/0013D, p. 7/8. Disponível em http://www.rnp.br/_arquivo/documentos/rpu0013d.pdf . Acessado em 23 de abril de 2013.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. v.4. Responsabilidade Civil. 20ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Antônio Jeová. **Dano Moral na Internet**. São Paulo: Método, 2001.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6º ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos tribunais, 2004.

TOMIZAWA, Guilherme. **A invasão de privacidade através da internet: a dignidade humana como direito fundamental**. Curitiba: JM livraria Jurídica, 2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. **Responsabilidade Civil**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2003.